

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONCEITOS, TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SUAS INOVAÇÕES

Hosana Madalena da Costa Vieira Padilha¹
Edmilson Siqueira de Sá²

Resumo

Este artigo tem como escopo uma discussão e reflexão sobre os caminhos da educação brasileira em seu contexto histórico-social e as tendências pedagógicas no Brasil, percorrendo sobre a maneira como cada período histórico interferiu e/ou refletiu sobre a educação em um contexto geral brasileiro, ao mesmo tempo em que pontua as mudanças em termos pedagógicos, assim como na própria história desse sistema no país. As tendências pedagógicas são observadas por terem sua importância fundamental para a consolidação do sistema educacional ao longo dos tempos até nossa realidade atual, isso porque tais tendências estão diretamente associadas ao currículo e às práticas dos docentes. Para tratar do assunto, foi adotada a premissa de uma revisão bibliográfica, a qual nos permite conhecer melhor acerca deste tema a partir de diferentes fontes como: artigos, periódicos, revistas, obras, legislações entre outros. As várias leituras disponibilizadas apontam que, mesmo enfrentando dificuldades, o sistema educacional brasileiro conseguiu grandes conquistas e as mudanças que ainda se fazem necessárias não dependem somente do Estado, mas também de toda a sociedade, a quem cabe cobrar por uma educação gratuita e de qualidade.

Palavras-chave: História da educação. Tendências pedagógicas. Inovações.

Abstract

This article has as scope a discussion and reflection on the paths of Brazilian education in its historical-social context and its pedagogical tendencies in Brazil, listing how each historical period interfered and/or reflected on education in a general Brazilian context, at the same time he points out the changes in pedagogical terms, as well as the very history of this system in the country. The pedagogical tendencies will be observed because they have their fundamental importance for the consolidation of the educational system over time to our current reality, because these tendencies are directly associated with the curriculum and the practices of the teachers. In order to discuss the subject, we adopted the premise of a bibliographic review which allows us to know better about this subject from different sources such as: articles, periodicals, magazines, works, legislation, among others. The various readings available indicate that even in the face of difficulties, the Brazilian educational system has achieved great achievements and the changes that are still necessary will not only depend on the State, but also on the whole of society, who are charged for a free and quality education.

Key words: History of education. Pedagogical trends. Innovations.

1 - Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás, aluna do Mestrado em Educação da FIG, 2016.

2 - Professor Dr. Orientador em Fundamentos Históricos da Educação.

Introdução

Ao longo dos tempos, a educação brasileira sempre passou por grandes e importantes transformações, que de uma maneira ou de outra contribuíram para o modelo vigente atualmente. É sabido que desde os primeiros modelos educacionais introduzidos pelos jesuítas, até o atual sistema, muitas mudanças ocorreram e se num dado momento da história se presenciou uma educação autoritária e sem relação professor aluno, em outro, a escola se tornou palco de representação e de diálogo como se vivencia no momento.

Atualmente, a educação se encontra fortemente marcada por mudanças advindas principalmente das transformações que ocorreram dentro do elo familiar, quanto na sociedade como todo e também dentro das próprias escolas. Os professores estão buscando cada vez mais a se adequar a essas transformações, e um dos principais desafios tem sido manter o aluno focado, já que não é mais obrigado manter alunos sentados em cadeiras enfileiradas. Pelo contrário, a proposta hoje é tornar o educando o centro do processo de ensino e a partir dessa participação, construir uma educação pautada no respeito e no significado.

Contudo, nem sempre foi desta forma, em certos momentos da trajetória do sistema educacional brasileiro houveram barreiras que impediam o progresso deste sistema. Para se ter uma visão destes encaixos e estabelecer de que forma essas problemáticas coadunaram para que se tenha um sistema educacional hoje mais equilibrado, inicialmente se faz aqui um breve histórico da educação no Brasil pontuando os períodos mais importantes e nessa discussão também se aborda as tendências pedagógicas de maneira também resumida e posteriormente se situa a educação dentro do atual sistema marcado pelas mudanças pedagógicas e pelas tecnologias da informação.

A história da educação brasileira

A história da educação brasileira sempre passou por momentos marcantes desde os primórdios de sua trajetória. Inicialmente, a educação no Brasil estava pautada exclusivamente na catequização, dessa forma, apresenta-se o embrião do que hoje podemos classificar como sendo o primeiro sistema de “*Ensino*” e que fora trazido e implantado pelos padres jesuítas no ano de 1549. Este modelo de ensino contemplava tanto os indígenas quanto os filhos de colonos locais.

Nesse sentido, Shigunov Neto e Maciel (2006) pontuam que a Ordem dos Jesuítas se

tornou um produto de interesses mútuos entre a Coroa Portuguesa e o Papado, tornando dessa forma útil tanto para a sociedade quanto para o Estado emergente. “*Os dois pretendem expandir o mundo, ao defender as novas fronteiras, somando forças, integrando interesses leigos e cristãos. Além disso, “buscavam organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé” (SHIGUNOV NETO e MACIEL ,2006).*

A Companhia de Jesus como era conhecida ficou no Brasil por mais de duzentos anos e seu método baseava-se no *Ratio Stiorium* que visava apenas a memorização.

Ainda de acordo com Shigunov Neto e Maciel (2006),

O Projeto Educacional Jesuítico não era apenas um projeto de catequização, mas sim um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira.

Com o desenrolar da história brasileira, e com a vinda da Família Real para o Brasil, foi um marco de certa forma positivista porque a partir deste momento foram criadas as *Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina (fato que somente podiam ter acesso a este ensino os filhos dos nobres), a Biblioteca Real, o Jardim Botânico.*

Somente décadas mais tarde, no período da República que começaram a ocorrer as primeiras mudanças no campo da educação, mas a população ainda continuava analfabeta. Tendo como iniciativa mais marcante em termos de mudanças, neste momento em diante as mulheres foram responsáveis pela alfabetização das crianças nas casas grandes e fazendas.

De acordo com Romanelli (1978, p. 41):

Com a República instalada no Brasil, a partir de 1889, houve a necessidade de promulgar uma nova Constituição que garantisse e estabelecesse a nova forma de governo que ali se instalara. Em 1891, a Constituição da República é promulgada instituindo o sistema federativo de governo. Desse modo também reconhecia a autonomia dos Estados para elaborar suas próprias leis sobre a educação em alguns graus de ensino. A Constituição reservava à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundários nos Estados, além de prover a instrução secundária no Distrito Federal.

Desse modo, concedia aos Estados da Federação a competência para prover e legislar sobre a educação primária. Na prática, à União cabia criar e controlar a instrução em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal. Já aos estados era atribuído o controle do ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia também as escolas normais de nível médio para moças e escolas técnicas para rapazes.

Percebe-se nesse período um pequeno avanço porque a União já previa à época a competência para que os Estados pudessem legislar sobre a educação inicial ficando a cargo da União os demais com pouca distinção do que é na atualidade.

Romanelli (1978, p. 41) ainda cita:

A Primeira República tentou elaborar, em um primeiro momento, algumas reformas educacionais que não resolveram e tampouco atenuaram problemas graves na educação brasileira, sendo que, a reforma proposta por Benjamin Constant, que seria a primeira e a mais completa, não chegou a ser posta em prática em todos seus aspectos. A reforma tentou, porém, sem êxito, entre outros aspectos, a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, com inclusão de disciplinas científicas. Porém, faltou-lhe apoio político das elites, que enxergavam nas ideias do reformador uma ameaça à formação da juventude, cuja educação vinha sendo pautada nos valores da mentalidade da aristocracia-rural (ROMANELLI, 1978 p. 42).

Avançando pelos caminhos da história, chega-se ao período militar, onde muitas das conquistas que tinham sido alcançadas foram prejudicadas. Conforme Bello (2014) o período anterior, de 1946 ao princípio do ano de 1964, talvez tenha sido o mais fértil da história da educação brasileira. Isso porque nessa época muito educadores foram importantes, pois, ofereceram contribuições para se discutir um modelo de educação que pudesse atender as necessidades das classes menos favorecidas. Dentre eles estão: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Pachoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, entre outros.

Ainda segundo o mesmo autor acima citado, depois do golpe militar de 1964 muito educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos. Muito foram calados para sempre, alguns outros se exilaram, outros se recolheram a vida privada e outros, demitidos e muitos trocaram profissão. Abaixo estão elencados alguns dos principais contribuintes das reformas educacionais em nosso país.

Anísio Teixeira é tido como o principal idealizador que trouxeram grandes mudanças para a educação brasileira (1900-1971). Foi Anísio o pioneiro na implantação das escolas públicas no Brasil em todos os níveis, que refletiam seu objetivo em oferecer educação gratuita para todos. Como teórico educacional, Anísio não estava preocupado em defender apenas suas ideias, muitos de seus ideais estavam inspirados na filosofia de John Dewey, este considerava a educação como um movimento constante da reconstrução da experiência. Anísio ainda defendia a verdade educacional como algo definitivo, mas sim algo que se faz pela busca constante no cotidiano (Nova escola.org.br):

O Regime Militar e seu caráter antidemocrático veio a espelhar dentro dos pressupostos educacionais o caráter de quanto a sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confrontos com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores; o Ministro da Justiça declarou que estudantes tem que estudar e não podem fazer baderna. Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. E, para acabar com os excedentes (aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório. (pedagogiaaopedaletra.com/a-educacao-brasileira-no-periodo-militar)

Após a ditadura militar, a educação no país parece ter entrado nos eixos, ou pelo menos em seus discursos direitos em que há tempos se sonhava. Na década de 1980 foi editada a Constituição Brasileira (1988) e uma década depois foi editada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n 9394/96 que ao abarcar princípios da Constituição Federal – CF/88, tornou possível a oferta de uma educação pública e de qualidade a todos sem distinção.

A partir de então o sistema educacional brasileiro passou a contar com uma legislação própria a qual traz muitos princípios garantidores de uma educação de qualidade, pois, se preocupa com todos os aspectos, incluindo os pedagógicos e até mesmo aqueles relacionados à gestão escolar.

Juntamente com a luta pela instituição de uma educação pública e gratuita, a história da educação também registra mudanças em termos pedagógicos. E assim em seu interior é possível encontrar as tendências pedagógicas as quais também sofreram influência do contexto social e histórico e evidenciam o caráter ideológico da educação.

Alguns dos grandes pensadores que colaboraram para a educação brasileira

Fernando de Azevedo foi professor, crítico educador, sociólogo e ensaísta brasileiro. Teve grande participação no que se denomina Escola Nova, teve intensa participação no processo de formação da Universidade Brasileira, ao buscar desta forma uma educação de qualidade para todos. Entre os anos de 1927 a 1930 deu início as primeiras reformas dentro da educação brasileira, defendendo novos ideais de educação estabelecendo diretrizes para a implementação de uma nova política educacional.

Foi Fernando de Azevedo quem fez os primeiros investimentos para a formação e

qualificação de professores

Lourenço Filho ao optar pela carreira do magistério, abandonou o segundo ano de medicina, desfrutando dentro da pedagogia as práticas administrativas e organizacionais, dirigindo a reforma pública no estado do Ceará. Foi diretor ativo da Escola de Professores no Distrito Federal, e do Instituto Nacional de Pedagogia onde atualmente se é conhecido como INEP (ebiografia.com)

As contribuições de Carneiro Leão foram de suma importância para a Educação brasileira devido a seu cunho Sociológico. Desta forma, considera-se importantes os estudos deste intelectual por sua forma de atuação não desvinculada aos contextos e movimentos sociais de sua época. (histedbr.fe.unicamp.br)

A partir deste ponto, cabe registrar que, tanto Pachoal Leme, quanto Álvaro Vieira Pinto foram grandes intelectuais que marcaram as lutas contra os pensamentos dominantes no Brasil expressando amplamente sob o plano de educação (das contribuições de Paschoal Lemme) No entanto, as contribuições de Paulo Freire apontam que desde os anos cinquenta, 50 onde foi marcado pelo surgimento do diferencial ao se alfabetizar o educando através dos currículos populares de cultura, este fato propulsionou a uma ideologia sistematizada de experiências e conhecimentos para os dias atuais. Defendia e defende a valorização do diálogo e a interação como base fundamental para garantir a valorização, o diálogo e a interação como peça fundamental para a garantia de libertação do educando e o direito a educação básica. (seduc.mt.go.gov.br)

Lauro de Oliveira Lima , este intelectual contribuiu de forma significativa através de sua atuação política e de forma significativa na educação, seu marco se deu através da “reforma educacional” sendo esta uma característica básica de sua atuação como educador, além da incessante luta pela qualidade do ensino. (pensaraeducacao.com.br)

Durmeval Trigueiro – este por sua vez estabelece toda a teoria do planejamento educacional

As tendências pedagógicas como parte da história da educação

As tendências pedagógicas são divididas em dois grupos distintos, sendo: As Tendências Liberais e as Tendências Progressistas. As primeiras ainda estão subdivididas da seguinte maneira: Tendência Liberal Tradicional da qual fazem parte a Tendência Liberal Renovada

Progressivista e a Tendência Liberal Renovada Não-diretiva e Tendência Liberal Tecnicista.

No entanto, as Progressistas se dividem em: Tendência Progressista Libertadora; Tendência Progressista Libertária e Tendência Progressista Crítico Social dos Conteúdos. Ressalta-se que cada uma delas está de uma maneira ou de outra inserida dentro de um período histórico da educação.

Desta forma e de acordo com Libâneo (2002) na escola tradicional o aluno é educado para atingir sua plena realização através de seu próprio esforço. Quanto aos pressupostos de aprendizagem, a ideia de que o ensino consiste em repassar os conhecimentos para o espírito da criança. Em que sua capacidade de assimilação é idêntica à de um adulto, sem levar em conta suas características próprias e sua idade. A criança é vista como um adulto em miniatura, apenas menos desenvolvida cognitivamente.

Nesse ponto reporta-se às primeiras escolas quando não se tinha uma metodologia de ensino voltada para o educando, nem tampouco considerava que a criança tinha particularidades próprias. Paralelo a esse processo de desenvolvimento da escola, surgiram muitos estudos voltados para o desenvolvimento das crianças na medida em que suas necessidades foram sendo compreendidas e dentre os autores que se preocuparam com essa questão está Jean Piaget que aponta para a Pedagogia Crítico Social, a qual será apresentada em momento oportuno.

Na tendência liberal renovada não diretiva, o papel da escola pauta-se na formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos dos alunos do que com as questões pedagógicas ou sociais. Todo o esforço dentro desta tendência deve visar para uma mudança dentro do indivíduo, ou seja, a uma adequação pessoal perante às solicitações do ambiente, onde, o aprender significa modificar suas próprias percepções. (LIBÂNEO, 2002)

José Carlos Libâneo (2002), destaca ainda sobre a escola liberal tecnicista, esta tendência por sua vez atua no aperfeiçoamento da ordem social vigente (no sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência na mudança de comportamentos, ou seja, na tecnologia comportamental. Seu interesse principal é, portanto, produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho, não se preocupando com as mudanças sociais destes indivíduos.

Desta forma cabe registrar aqui que as escolas técnicas, teve seu surgimento e ápice no final da década de 70, início da década de 80, quando se educava exclusivamente para a inserção junto mercado de trabalho.

Como se pode compreender, a função da escola até aquele período ainda não era de

formadora de opinião, cabe aqui ressaltar que foi apenas depois da década de 1980 que se passou a enxergar a escola como um instrumento de mudança no qual professor e aluno convivem de maneira harmônica e construtiva.

Mesmo depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 entre outras legislações que visam a formação plena do cidadão em detrimento da ampla formação educacional, a educação brasileira corre o risco de retroceder ao ponto inicial, caso as propostas da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 55 sejam aprovadas. Assim como demonstradas abaixo:

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. - Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS – incluindo a educação em todas as suas etapas e níveis de formação.

Ao dar continuidade ao contexto histórico em relação as tendências pedagógicas, aborda-se neste momento sobre as tendências progressistas libertadora e libertária, onde ambas se coadunam no que diz respeito a defesa da autogestão pedagógica e o antiautoritaríssimo. A escola libertadora, também conhecida como a pedagogia de Paulo Freire. Onde este vincula a educação à luta e organização de classes do oprimido.

Dentro da tendência progressista está a tendência progressista libertadora que é uma educação crítica, pois questiona concretamente a realidade das relações dos homens, visando a uma transformação concreta.

Paulo Freire teve importância muito grande na história da educação. Esse autor foi à luta, apresentou e defendeu propostas, buscando principalmente a defender a leitura como práticas de libertação e principalmente por acreditar que somente por meio da leitura o ser humano não somente se insere no mundo letrado, como também se torna um ser crítico.

Os conteúdos inseridos nesta tendência, partem de temas geradores transversais retirados da vida prática dos educandos e a forma do trabalho educativo como formador de um grupo de discussões e debates. A relação professor-aluno é horizontal e tem o diálogo como método básico e durante as discussões o professor assegura ao grupo um espaço humano para dizer sua palavra para se exprimir sem se neutralizar.

A tendência liberal de acordo com Libâneo (1990) sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Isso pressupõe que o indivíduo precisa adaptar-se aos valores e normas vigentes na sociedade de classe, através do desenvolvimento da cultura individual.

Devido a essa ênfase, sob o aspecto cultural, as diferenças entre as classes sociais não são consideradas, pois, embora a escola passe a difundir a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições.

Contudo, na tendência Liberal Renovada Progressivista a escola visa a adequar os alunos as suas necessidades individuais, mas organizando-os de forma a retratar a real existência da vida, ou seja, como ela realmente é relacionando-o com seu ambiente, introduzindo os conteúdos de forma a levantar problemáticas de seu cotidiano, sendo maleável para que possa formar uma consciência crítica nos alunos.

A Associação Brasileira de Educação realizou várias Conferências Nacionais de Educação. A primeira delas, em 1927, deu-se em Curitiba/PR. Onde os integrantes desse movimento, intitulado de Escola Nova, também foram chamados de Renovadores da Educação e travaram um debate com os Educadores Tradicionais, revelando, desse modo, um antagonismo entre os grupos, tendo os renovadores uma visão mais adequada ao momento histórico, no qual se apresentava. Assim, os renovadores se opunham aquela concepção de educação de poucos, discriminada e incapaz de dar solução aos problemas práticos, símbolo de elite, uma educação fundamental, universal e ao mesmo tempo voltada para o trabalho produtivo, através de uma escola comum a toda população. E essa forma de pensar a educação no Brasil se tornou o conteúdo principal do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932 (SAVIANI, 2004 p. 33).

Esses “renovadores” tiveram papel decisivo no processo de mudanças da educação brasileira. Não se aceitava mais em uma educação imposta, no qual os educandos não tivessem o direito de participar e, além disso, a escola continuasse sendo um bem para poucos. Com isso, buscou-se a compreender o aluno enquanto ser pensante.

Na tendência liberal não-diretiva a escola tem por função estimular e resolver problemas psicológicos que por sua vez estimulariam os alunos por si só procurarem o conhecimento que de certa forma está distribuído em seu meio, sendo o conteúdo dispensável e visando mais o lado psicológico.

A pedagogia progressista faz uma análise crítica da realidade social sendo utilizada como instrumento de luta dos professores perante práticas sociais. É subdividida em tendência libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos. A tendência progressista libertadora, a

pesar de estar dentando se implantada em vários níveis educacionais, é mais restrita a educação dos adultos.

De acordo com Gasparini e Santos (2012) até a década de 70, a pedagogia liberal, nas vertentes: tradicional, escola novista e tecnicista, estiveram presentes dentro das práticas pedagógicas, sendo que tal concepção pedagógica visava a justificar apenas o sistema capitalista. Ainda de acordo com estes autores, foi somente a partir dos anos 80 que se concretizaram as propostas pedagógicas contra hegemônicas, entre elas, a Pedagogia Histórico-Crítica. Nesta perspectiva, o conhecimento para que seja acessível ao aluno, deverá ser sistematizado, organizado como prática pedagógica.

Destaca-se ainda sobre a “organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais” o qual foi editado em 1995, o qual representa um marco divisor, pois, até aquele momento os professores ainda não contavam com uma orientação curricular para nortear seus trabalhos e prevalecia a educação tradicional, marcada pelo autoritarismo e nesse sentido o aluno não era visto como ser participe, mas, sim como ser passivo que apenas ouvia o que era ensinado pelos professores.

Nesse entendimento a tendência crítico social dos conteúdos foi decisiva e assim que iniciaram seus estudos, a literatura contava com vários autores que buscavam entender esse fenômeno que é a educação e de que forma ela interfere na formação dos sujeitos.

Conforme Libâneo (2002) a tendência progressista crítico-social dos conteúdos, diferentemente da libertadora e libertária, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais. A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Na visão da pedagogia dos conteúdos, admite-se o princípio da aprendizagem significativa, partindo do que o aluno já sabe. A transferência da aprendizagem só se realiza no momento da síntese, isto é, quando o aluno supera sua visão parcial e confusa e adquire uma visão mais clara e unificadora.

Há nessa tendência uma preocupação em se formar para a cidadania. A preparação para o exercício da cidadania está presente em vários momentos da LDB 9394/96 e dos PCN, desde a educação básica, quando afirma que esta tem por finalidades ao desenvolvimento do educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, art. 22º):

Ao ensino fundamental, quando determina que são objetivos desta modalidade de ensino:

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das Artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade [...] IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, art. 32º)

Diante destes pressupostos, nota-se que a preocupação agora não é apenas com a transmissão de conhecimentos propriamente dito. Existe a possibilidade de participação da família na educação dos filhos, onde esta prática torna-se bem diferente das primeiras escolas, quando prevalecia apenas professor e aluno, sendo que esse segundo assistia passivamente a transmissão dos ensinamentos vindos do professor.

Ainda dentro desta tendência, o aluno assume o papel amplamente participativo e o professor assume o papel de mediador entre o saber e o aluno, seu objetivo é privilegiar a aquisição do saber vinculando às realidades sociais, para isso, os métodos devem favorecer a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos. A aprendizagem se dá desenvolvendo a capacidade de processar informações e lidar com os estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência.

Para tanto, Saviani citado por Santos e Gasparini (2012) menciona que a Pedagogia Histórico-Crítica constitui uma teoria pedagógica “tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, ao que se refere às suas bases, com a Teoria Histórico-Cultural desenvolvida pela escola de Vygotsky”.

É válido citar ainda que a teoria de autor é a interação e a troca de conhecimentos entre os pares. Nessa perspectiva o aluno não é mais um ser passivo, ele passa a ser compreendido como um alguém que pensa e se transforma a partir da reflexão empirista.

No cenário contemporâneo, a educação vem a contribuir de maneira significativa para a redução dos problemas sociais, portanto, para que ela seja efetiva é preciso potencializar as políticas educacionais e assim ela possa de fato se constituir em ponto de partida para problemas como violência, fortalecimento dos vínculos familiares entre outros.

Assim sendo, as teorias críticas dos conteúdos teve como coadjuvante o incremento das tecnologias da informação e com elas a escola se insere numa “nova história”. Atualmente por mais que os professores resistam a adequar-se à essa nova realidade, as mudanças já estão consolidadas e o perfil do aluno se torna outro.

Ao trazer à tona a história da educação com toda a sua trajetória e seus principais atores, nota-se que este caminho é um sistema bastante complexo, o qual passou por transformações profundas ao longo dos anos e sempre esteve marcado por lutas e retrocessos, porém, com

conquistas ora consolidadas.

Em nossa realidade atual se é possível citar inúmeros avanços, embora exista um número grande de pessoas ainda fora das escolas. Conforme já citado existe no Congresso Nacional um aparato para a consolidação destas mudanças, que por certo se refletirão sobre todas as conquistas já consolidadas.

É válido ainda mencionar sobre o artigo 2º da atual LDB o qual expressa muito bem o que é a educação na contemporaneidade, sendo que este artigo é o principal requisito para se obter inovações, uma vez que a educação não é mais responsabilidade só do Estado, já que a família também deve ser responsável por essa formação e tal aspecto se difere tanto dos modelos quanto das tendências pedagógicas já citada nos primeiros períodos de construção da educação no país.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao apontar a educação como responsabilidade tanto do Estado, quanto da família, a LDB abre caminhos para se refletir a educação como direito de todos como expressa o art. 3º.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - Consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Conforme exposição de motivos exposto acima, a educação é direito de todos e é dever do Estado criar condições para tal e essa premissa se difere da educação colonial e republicana e ainda da educação no período militar. Desafios? Muitos. Desistir? Não é o caminho mais certo. Pelo contrário, é preciso continuar nessa luta, e se hoje o Brasil ainda se encontra distante de

índices de qualidade em educação, a dedicação de alunos e professores no presente poderá ser o diferencial no futuro.

Considerações finais

Este artigo visou a expressar através de uma revisão bibliográfica holística sobre a trajetória e os avanços obtidos dentro da educação brasileira em sua totalidade com seus avanços e precariedade. Diante de todos os expostos no decorrer desta obra, nos é revelado os altos e baixos em que a educação brasileira vem passando ao longo de sua trajetória histórica, certamente desde os primórdios sempre foram idealizados os paradigmas que se chegariam a uma educação pautada na qualidade e no amparo para todos. A bem da verdade, sabe-se que a história da educação no Brasil quase nunca foi desta forma.

Visou a destacar também pontos e aspectos importantes que margeiam nosso período atual, ou seja, as perspectivas educacionais para o século XX, apresentando fatores que corroboram sobretudo para a desmotivação tanto de professores quanto de alunos dentro do ambiente escolar, fatores estes que sobrepujam principalmente a desvalorização dos profissionais da educação tendo como reflexo a falta de incentivos e estruturação por parte das leis vigentes, estruturais e principalmente pelos baixíssimos salários que desmotivam cada vez mais a formação de novos professores.

Referências bibliográficas

A atualidade das contribuições de Paschoal Lemme e Alvaro Vieira Pinto a educação de Adultos - *Sonia Maria Rummert*

<https://novaescola.org.br/conteudo/1375/anisio-teixeira-o-inventor-da-escola-publica-no-brasil>

https://www.ebiografia.com/fernando_de_azevedo/

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41/rdt08_41.pdf

<http://www2.seduc.mt.gov.br/-/contribuicoes-de-paulo-freire-para-a-educac-1>

<http://pensaraeducacao.com.br>

<http://www.pedagogiaaopedaletra.com/a-educacao-brasileira-no-periodo-militar>